

CARAVANA COMUNIDADE SEGURA EM CURITIBA - relato

Data: 28/05/2009.

Horário: 14h às 18h

**Local : Auditório da FEMPAR – Fundação Escola do Ministério Público do Paraná.
Público**

O encontro reuniu profissionais da segurança pública (policiais militares, civis e guardas municipais), organizações da sociedade civil, gestores municipais e estaduais na área de segurança pública, poder Judiciário, coordenação e presidentes dos Conselhos Comunitários de Segurança.

Metodologia

Exposição de temas correlatos à proposta da Caravana Comunidade Segura e pertinentes à Conferência Nacional de Segurança Pública.

Debate e reflexões sobre os temas, com perguntas complementações aos expositores dos temas.

Definição de Princípios e diretrizes para a Conferência Nacional de Segurança Pública.

Expositores e Temas

Luiz Fernando Delazari – secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Política de controle de armas na redução da violência e controle da criminalidade;

Dr. Pedro Luis Sanson Corat – Juiz de Direito Titular da Vara de Inquéritos Policiais de Curitiba.

Drogas: repressão ao crime organizado e danos sociais

Heather Sutton e Luiz Cláudio Galhardi – Instituto Sou da Paz e Londrina Pazeando

Caravana Comunidades Segura: campanha do desarmamento informações e resultados

Paulo Cezar Pedron – Presidente do IDDEHA.

Projetos sociais e garantia de direitos como medida de prevenção da criminalidade e redução da violência;

Principais pontos abordados

A equipe da Caravana trouxe informações acerca dos resultados da campanha do desarmamento destacando as ações da Caravana Comunidade Segura e da Rede Desarma Brasil.

Foram apresentadas as informações sobre a quantidade de armas em circulação no Brasil, o número de mortes por armas de fogo, comparando os dados do Brasil aos dados de outros países. Destacou-se o impacto da implementação do Estatuto do Desarmamento somado à Campanha de Desarmamento gerando um impacto positivo na redução das mortes por armas de fogo, comprovando a importância de políticas de prevenção para a redução da violência.

Como sugestão para a Conseg foram propostos: divulgação do Estatuto do Desarmamento; controle e divulgação dos dados sobre armas (comercialização, apreensão cadastros e outros); garantir acesso aos dados sobre armas para pesquisas; participação nas conferências regionais.

O juiz de direito Pedro Corat falou sobre as ações de combate ao crime organizado abordando os aspectos técnicos de investigação e legitimidade das ferramentas de investigação referendadas pelo poder Judiciário para a viabilidade de investigações policiais.

Corat discorreu sobre o papel do Judiciário na garantia do direito e da justiça garantindo a efetividade das leis e dando à sociedade respostas concretas de combate ao crime

organizado. Reforçou ainda o empenho do estado do Paraná nas ações de combate ao crime organizado, principalmente ao tráfico de drogas e de armas, crimes estes que segundo o juiz - e posteriormente reforçado pelo secretário de Segurança do estado -, são os principais responsáveis pelos altos índices de violência e criminalidade.

Corat encerrou sua fala apontando para a necessidade de políticas mistas de prevenção e repressão para se reduzir a criminalidade e uma política efetiva de ressocialização no sistema penitenciário.

O secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, fez sua fala pautada nos resultados obtidos pela Campanha de Desarmamento do estado e na proposta por uma política de controle de armas para a redução das mortes violentas. Chamou a atenção para o impacto que essa questão tem nos índices de violência do país apontando que o aumento de armas de fogo nas mãos de criminosos se dá principalmente com armas adquiridas legalmente no país.

Delazari reforçou sua apresentação com dados sobre o número de armas, o custo Brasil e como isso impacta na ação do crime organizado e nos índices de homicídios. O secretário apresentou como exemplo de ação de prevenção a Campanha de Desarmamento do estado do Paraná que desde 2004 (permanece até hoje, por lei estadual) já recolheu mais de 50 mil armas, e deu como exemplo a redução de 20% nos crimes contra a vida no município de Maringá e 30% em um bairro de Curitiba onde foi recolhido grande número de armas durante a campanha.

Delazari apontou algumas diretrizes da segurança pública no estado partindo do princípio da garantia de direitos e respeito aos direitos humanos tendo como principal foco de ação o investimento em educação e formação para os profissionais da segurança pública e a prevenção através de políticas integradas como mecanismo de prevenção da violência.

Finalizando as exposições, o presidente do IDDEHA, Paulo Pedron, apresentou alguns projetos sociais que têm como foco a educação para a cidadania e os direitos humanos com jovens, lideranças comunitárias e policiais, como exemplos de ações que contribuem para a redução da violência.

Partindo do princípio de que a garantia dos direitos a todo cidadão contribui para uma cultura de paz, destacou ações que reforçam as relações humanas e a participação de todos nas políticas públicas. O acesso à justiça e o trabalho pautado em valores humanos, ética e responsabilidade social, são processos fundamentais na construção de uma sociedade mais pacífica.

Com base na atuação do IDDEHA, reforçou a importância de uma formação mais humana para as polícias, investindo em educação, relações interpessoais, mediação de conflitos e diálogo social.

O membro da Caravana Luiz Claudio Galhardi apresentou alguns vídeos sobre a trajetória da campanha de desarmamento no município de Londrina.

Por fim, foi aberta a discussão para plenária com perguntas e contribuições dos participantes. Durante o debate foram apontados alguns princípios e diretrizes para a Conferência Nacional de Segurança Pública. Os princípios e diretrizes abaixo indicados foram levantados de acordo com o debate do grupo e a participação dos expositores. Foram sistematizados com a revisão da gravação, em vídeo, do evento.

PORPOSTAS PARA A CONFERÊNCIA

Princípios:

- Garantir a implantação do Estatuto do Desarmamento
- Formação humana de policiais e construção da cultura da paz;
- Promoção de uma cultura de paz;
- Participação social e comunitária na segurança pública;
- Integração das polícias;
- Intersetorialidade das políticas públicas para a prevenção;
- Gestão integrada das políticas públicas;

Diretrizes

- Estimular a criação de Conselhos Comunitários de Segurança
- Capacitar os Conselhos (qualificação dos conselheiros e da população para participarem das políticas de segurança);
- Inserir os temas direitos humanos e cultura de paz na formação dos operadores de segurança pública
- Implementação de polícias comunitárias;
- Formação humana de policiais militares
- Divulgação do estatuto do desarmamento
- Garantia das ações de controle de armas e munições, prevista no Estatuto do Desarmamento;
- Garantir o repasse de informações para o Sistema Nacional de Armas (Sinarm);
- Estimular e abrir informações para pesquisas e estudos sobre segurança pública.